



06 DE FEVEREIRO 2009
Sexta-feira

- PRODUÇÃO ESTADUAL TEM MAIOR EXPANSÃO DO PAÍS
- INDÚSTRIA PARANAENSE SENTIU O IMPACTO DA CRISE MUNDIAL
- FIESP LEVA PACOTE ANTICRISE PARA GOVERNO PAULISTA
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI EM 12 DAS 14 REGIÕES PESQUISADAS PELO IBGE
- INDÚSTRIA SE RETRAI EM QUASE TODO O PAÍS
- REFORMA VAI GERAR EMPREGOS, AVALIA CNI
- SALÁRIO-MATERNIDADE ABRANGE TODAS AS SEGURADAS DA PREVIDÊNCIA
- SONDAÇÃO CONJUNTURAL DO SETOR ELETROELETRÔNICO - JANEIRO/09

Câmbio Em 05/01/2009		
	Compra	Venda
Dólar	2,305	2,306
Euro	2,961	2,962

PRODUÇÃO ESTADUAL TEM MAIOR EXPANSÃO DO PAÍS

06/02/2009 – Gazeta do Povo

Nem um tombo na produção industrial de dezembro impediu o Paraná de registrar a maior expansão acumulada do país em 2008, com crescimento de 8,6%. Contribuiu para a liderança do estado, o fato de quase todas as regiões pesquisadas terem recuado nos últimos três meses do ano passado. Antes de dezembro, a indústria do Paraná estava se segurando bem – em outubro e novembro, a produção cresceu 3,2% e 5,5% em relação a 2007. Mas foi impossível continuar avançando em meio à crise global. Em dezembro, pela primeira vez em mais de dois anos, a produção industrial do estado recuou em relação ao mesmo mês do ano anterior. A indústria estadual despencou 6,7% em relação a dezembro de 2007, a primeira queda nesse

tipo de comparação desde setembro de 2006. Em relação a novembro, a baixa foi ainda mais forte, de 11,3%.

Mas, por conta do bom desempenho verificado nos dois meses anteriores, Até o terceiro trimestre, o estado ocupava a segunda posição, atrás do Espírito Santo. Mas a indústria capixaba despencou em seguida, e a liderança acabou "caindo no colo" do Paraná. "A produção do Espírito Santo é muito concentrada em mineração e siderurgia, atividades muito afetadas pela crise. Por isso, ela passou de uma expansão acumulada de 14,8% em setembro para 5,6% em dezembro", explica o economista André Macedo, da coordenação de indústria do IBGE.

Em baixa

No Paraná, a retração de dezembro foi puxada por dois dos mais importantes segmentos do estado – veículos e máquinas –, mas se disseminou por quase toda a indústria. Das 14 categorias pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nove reduziram suas atividades. Segundo o instituto, o principal responsável pela queda mensal foi o segmento de veículos automotores, cuja produção caiu 46% em relação a dezembro de 2007, uma vez que todas as montadoras de automóveis e caminhões do estado deram férias coletivas ou reduziram as atividades.

Também teve forte influência negativa o grupo de máquinas e equipamentos, que recuou 22%, principalmente por conta da queda na fabricação de colheitadeiras e tratores. Outra categoria com queda expressiva no mês foi a de produtos químicos (adubos e fertilizantes), com baixa de 34,7%.

A indústria da madeira, que também tem peso relevante no estado, reduziu suas atividades em quase 11%. "O mercado externo encolheu. Nossa empresa, que tem uma produção de tamanho médio, ainda consegue manter as vendas em patamar estável. Mas as grandes madeireiras já não encontram comprador para tudo o que produzem", conta Miguel Zattar Filho, diretor da Indústrias João José Zattar.

Contramão

Dois grupos de atividades impediram uma queda mais desastrosa na produção paranaense. A indústria de edição e impressão cresceu 84% em relação a dezembro de 2007 e, no ano, acumulou expansão superior a 30%. "O Paraná tem grandes editoras de material didático, e elas vêm se expandindo, ganhando mercado", comenta Roberto Zürcher, economista da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep).

Para se ter idéia do avanço das gráficas paranaenses, em todo o país o segmento de edição e impressão recuou quase 4% em dezembro e, em todo o ano, seu crescimento não chegou a 2%. "Em dezembro, nossa produção de livros didáticos subiu entre 10% e 15%. Em todo o ano, cresceu perto de 25%", conta Raphael Manzoni, diretor da Gráfica Comunicare. Segundo ele, 70% do faturamento da empresa vem da impressão de publicações didáticas para ensino à distância.

Outra categoria que, no Paraná, avança bem mais que em outros estados é a indústria de minerais não-metálicos, encabeçada pelas cimenteiras da região metropolitana de Curitiba. Em dezembro, o segmento cresceu 33% no Paraná, ao passo que no Brasil houve recuo de 3%. No acumulado de 2008, a alta paranaense superou 25%, quase três vezes o avanço nacional.

INDÚSTRIA PARANAENSE SENTIU O IMPACTO DA CRISE MUNDIAL

06/02/2009 – O Estado do Paraná

O mês de dezembro foi atípico para a indústria paranaense. Sob efeito da crise mundial, que se intensificou em setembro, a produção do setor, no Estado, registrou queda de 11,3% comparado ao mês anterior (novembro).

Foi a segunda taxa negativa consecutiva, já que no mês anterior também havia registrado índice negativo, acumulando redução de 14% no período. No acumulado do ano, porém, o percentual é positivo: houve crescimento na produção estadual de 8,6%.

Na média nacional, em dezembro, a produção caiu 12,4% com redução, além do Paraná, em outras 11 das 14 regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada ontem.

Na comparação com dezembro de 2007, o recuo foi de -6,7%, primeira taxa negativa desde setembro de 2006 (-7,9%). Nove das quatorze atividades pesquisadas pelo IBGE apresentaram desempenho negativo, puxados principalmente por veículos automotores com queda de -46,1%, seguido de máquinas e equipamentos (-22,3%) e outros produtos químicos (-34,7%).

Por outro lado, as pressões positivas mais significativas vieram de edição e impressão (84,1%) e minerais não-metálicos (33,1%), decorrentes, sobretudo, dos aumentos de livros, brochuras ou impressos didáticos; e cimento.

No indicador acumulado no ano (8,6%), nove ramos apresentaram taxas positivas. Comprovando-se o impacto da crise mundial a partir do último trimestre, as principais influências de alta vinham de veículos automotores (23,8%), edição e impressão (32,3%) e celulose e papel (16,7%), impulsionados, em grande parte, pela produção de caminhões; livros, brochuras ou impressos didáticos; e cartolina, respectivamente.

Por outro lado, as pressões negativas mais relevantes vieram de outros produtos químicos (-21,8%) e alimentos (-2,8%), com destaque para os decréscimos de adubos ou fertilizantes e açúcar cristal.

No País

Em São Paulo, principal polo econômico do País, a produção caiu 14,9%, resultado pior do que a média nacional, cujo recuo de 12,4% foi o maior desde 1991, quando teve início série histórica da pesquisa do IBGE.

Outra importante região produtora, Minas Gerais, também apresentou forte freio na indústria, registrando o maior recuo do País: 16,4%. Na Bahia, a queda foi de 15,6%.

As únicas áreas que registraram acréscimo na produção entre novembro e dezembro foram Amazonas (0,9%) e Goiás (0,4%). As demais áreas apresentaram queda abaixo da média nacional: Ceará (-4,1%), Pernambuco (-5,7%), Pará (-6,7%), Santa Catarina (-7,5%), Espírito Santo (-7,9%), Rio de Janeiro (-8,2%), região Nordeste (-8,9%), Rio Grande do Sul (-10,0%) e Paraná (-11,3%).

Mesmo com a perda de ritmo, nos últimos três meses do ano, todos os locais fecharam o ano de 2008 com crescimento, à exceção de Santa Catarina (-0,7%) que,

além dos fatores relacionados à crise, também sofreu os impactos da chuva que atingiu o estado.

Espírito Santo (-29,6%), Minas Gerais (-27,1%), Rio Grande do Sul (-15,5%), São Paulo (-14,5%), Bahia (-13,9%) e Santa Catarina (-10,8%) registraram recuos a dois dígitos. Os demais resultados foram: Ceará (-3,9%), Pernambuco (-6,2%), Paraná (-6,7%), Pará (-6,9%), Amazonas (-9,3%), Rio de Janeiro (-9,6%) e região Nordeste (-9,7%). (5,6%).

FIESP LEVA PACOTE ANTICRISE PARA GOVERNO PAULISTA

06/02/2009 – O Estado do Paraná

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) entregou a representantes do governo do Estado um conjunto de propostas para minimizar os efeitos da crise. Entre as sugestões estão a de criar um "drawback paulista", regime pelo qual exportadores teriam isenção do ICMS incidente sobre insumos adquiridos no mercado interno para a produção destinada exclusivamente à exportação. As propostas, contudo, não incluem a contrapartida da garantia do emprego.

Outra proposta consiste em suspender ou adiar a inclusão de novos setores no programa de substituição tributária do ICMS e ampliar o prazo de pagamento do tributo. Para os setores que já tiveram redução do ICMS para 12%, a entidade solicita que as indústrias não sejam mais obrigadas a apresentar metas de arrecadação e emprego para continuar usufruindo do benefício que vigora até julho. A entidade também sugere que indústrias submetidas à alíquota de 18% do ICMS e que podem contribuir para a manutenção do nível de emprego tenham a alíquota reduzida. "São propostas permitidas por lei e que só dependem de vontade política. Temos que encarar que estamos num momento emergencial, é um momento de quebrar paradigmas", afirmou o presidente da Fiesp, Paulo Skaf.

De acordo com Skaf, em São Paulo, há setores industriais com queda de até 50% na produção. Entre os setores em condições mais desfavoráveis estão os de veículos, máquinas e equipamentos e produtos ligados à telecomunicação. "Ainda não conhecemos a extensão e a duração da crise, por isso temos que ganhar tempo, evitando o pior que é trazer o desemprego."

Skaf afirma que já encaminhou algumas propostas ao governo federal, mas que reforçará a lista de pedidos nos próximos dias. A entidade propõe, por exemplo, a criação de um adiantamento de contratos de câmbio (ACC) para financiar as exportações com recursos em reais vindos do compulsório bancário. Para o mercado de crédito, a Fiesp propõe redução da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de crédito para 0,5%, fim da parcela fixa de 0,38% e redução do imposto nas operações de mútuo entre pessoas jurídicas coligadas, interligadas e entre controladas e controladoras. A lista de propostas inclui desoneração de IPI, PIS/Cofins e ICMS por 2 anos a pessoas jurídicas que fizerem investimentos.

Também será encaminhado pedido de redução de impostos indiretos sobre a intermediação e eliminação da incidência de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre o provisionamento de crédito. Outra proposta consiste em permitir que as empresas não recolham o IRPJ (25%) e a CSLL (9%) na venda de ativo imobilizado. Para as micro e pequenas empresas, a Fiesp vai encaminhar pedido de prorrogação do prazo de recolhimento do Supersimples para,

no mínimo, 30 dias fora o mês (hoje são 15 dias). E pedirá a revisão da tabela de enquadramento das empresas, ampliando o limite de receita anual para R\$ 3,2 milhões.

As propostas da Fiesp, porém, não incluem o compromisso dos empresários em preservar os empregos. "Não posso assumir um compromisso de manutenção do emprego. Cada empresa é responsável por seus compromissos, é muito difícil criar uma regra que valha para todos", afirma Skaf.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI EM 12 DAS 14 REGIÕES PESQUISADAS PELO IBGE

06/02/2009 – Documento Reservado



Dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a produção industrial caiu em 12 das 14 regiões pesquisadas em dezembro, na comparação com novembro. Os principais recuos foram observados em Minas Gerais (-16,4%), Bahia (-15,6%) e São Paulo (-14,9%). A indústria só teve resultado positivo no Amazonas (0,9%) e em Goiás (0,4%), em dezembro. No acumulado de 2008, o Paraná apresentou a maior produção entre as regiões pesquisadas, 8,6%. Todos os estados

pesquisados, ao longo do ano, tiveram alta, com exceção de Santa Catarina (-0,7%). Já na comparação com dezembro de 2007, a produção da indústria caiu em 13 das 14 regiões avaliadas. As maiores quedas foram observadas no Espírito Santo (-29,6%), Minas Gerais (-27,1%), Rio Grande do Sul (-15,5%), São Paulo (-14,5%). Apenas em Goiás foi registrada variação positiva, com alta de 1,1%.

INDÚSTRIA SE RETRAI EM QUASE TODO O PAÍS

06/02/2009 – Gazeta do Povo

A produção industrial caiu em 12 das 14 localidades pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro na comparação com novembro, na série com ajuste sazonal. As quedas mais marcadas ficaram com Minas Gerais, com baixa de 16,4% na produção industrial, Bahia, cujo índice recuou 15,6%, e São Paulo, onde a atividade fabril declinou 14,9% e marcou a terceira baixa consecutiva.

Nessas três regiões, a redução na produção industrial superou a média nacional (-12,4%). As duas exceções corresponderam à indústria no Amazonas e Goiás, onde houve acréscimo respectivo de 0,9% e 0,4 na atividade.

Segundo o coordenador da pesquisa, André Luiz Macedo, o baixo desempenho da indústria paulista seguiu o mesmo quadro observado pelo indicador nacional, no qual a pressão negativa vinda da indústria automobilística atinge outros segmentos importantes dentro da indústria.

"São Paulo, para esse mês de dezembro, mostra taxas negativas na casa de dois dígitos, principalmente devido ao menor dinamismo da cadeia automotiva, que atinge

não só a produção de automóveis, mas também a de autopeças e até mesmo de outros setores como os de borracha e plástico, metalurgia básica e de outros produtos químicos", explicou Macedo. Ele também salientou que a concessão de férias coletivas em várias empresas contribuiu para a queda na fabricação de automóveis.

Dezesseis das 20 atividades pesquisadas em São Paulo tiveram resultados negativos em dezembro, principalmente as de veículos automotores (-44,2%), material eletrônico e equipamentos de comunicações (-60,5%) e máquinas e equipamentos (-27,7%). Nos setores que mais apresentaram aumento na produção, o principal impacto veio de outros equipamentos de transporte (135,1%), sobretudo em função da fabricação de aviões, seguido por farmacêutica (12,1%) e alimentos (3,7%), com destaque para a produção de medicamentos e açúcar cristal.

Perante dezembro de 2007, o setor industrial nacional recuou 14,5%, menor marca de toda série histórica. Com declínio de dois dígitos, apareceram Espírito Santo (-29,6%), Minas Gerais (-27,1%), Rio Grande do Sul (-15,5%), São Paulo (-14,5%), Bahia (-13,9%) e Santa Catarina (-10,8%). No Espírito Santo, o recuo de 29,6%, que implicou a taxa mais baixa da série histórica, foi associado ao desempenho negativo dos cinco setores pesquisados, especialmente metalurgia básica e indústria extrativa.

Mesmo com a perda de ritmo verificada no fim de 2008 a maior parte dos locais pesquisados pelo IBGE fechou o exercício completo com crescimento da produção industrial. A única exceção foi Santa Catarina (-0,7%). "Além dos fatores relacionados à crise, o Estado também sofreu os impactos da chuva", afirmou o instituto em nota.

Segundo a pesquisa, os efeitos da crise internacional que eclodiu em setembro são evidenciados na constatação de que todos os locais pesquisados tiveram perda de ritmo no quarto trimestre e ficaram abaixo do acumulado até setembro. Também na comparação do último trimestre de 2008 ante igual período de 2007, 11 locais registraram redução na produtividade em 2008. Os Estados que sustentaram taxas positivas no quarto trimestre de 2008 foram Pará (1,6%), Goiás (1,4%) e Paraná (1,0%). (Agências noticiosas)

REFORMA VAI GERAR EMPREGOS, AVALIA CNI

05/02/2009 – O Estado do Paraná

Em meio à crise econômica, que já atingiu a indústria brasileira, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) quer que a reforma trabalhista seja pauta do Congresso Nacional novamente, como forma de ajudar a combater a crise econômica atual.

De acordo com o presidente do Conselho Temático de Assuntos Legislativos da CNI, Robson Braga de Andrade, para as empresas industriais voltarem a gerar empregos será preciso "discutir a reforma trabalhista de tal forma que incentive as empresas e o setor econômico a contratar sabendo que terão parceiros na sua empresa e não apenas pessoas que vão ter a garantia de emprego independente da sua atuação como trabalhador".

Andrade ressaltou, porém, que o objetivo dessa proposta não é acabar com os direitos trabalhistas. Para ele, a terceirização e os encargos sociais que são pagos à União e aos estados e municípios, "mas que não se convertem em benefícios diretos para o trabalhador", devem ser discutidos. "Aquilo que é direito do trabalhador a gente tem que preservar, mas aquilo que é simplesmente aportado para a União, estados e

municípios e não tem uma reciprocidade na prestação de serviços, a gente tem que discutir", afirmou.

A reforma trabalhista e outras, como a tributária e a política, além dos juros, são temas que estão sendo tratados no Seminário da RedIndústria, que começou ontem na sede da CNI, em Brasília. Os deputados José Eduardo Cardozo (PT-SP) e José Carlos Aleluia (DEM-BA) participaram da abertura do evento, que será encerrado hoje.

Cardozo defendeu a reforma política como fator preliminar para a discussão de qualquer outra reforma a ser tratada no Legislativo. "Eu acredito que a reforma política é um pressuposto. Vamos falar, por exemplo, da reforma tributária. É uma complexidade tão grande de interesses, que só um sistema político que permitisse a constituição de pactos é que poderia nos levar a uma nova situação", avaliou o deputado petista, lembrando que será mais difícil que o parlamento se reformule se a sociedade não interferir.

Já Aleluia disse que é necessário aprovar projetos que reduzem deficiências, como os relativos a agências reguladoras e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). "Nós podemos ousar mais. Na área de logística, na área de concessão, nós podemos ousar mais na área de proteção aos negócios privados. Eu citei a questão dos confiscos on line, que termina destruindo a operação normal das empresas", citou o deputado.

Aleluia falou ainda da proposta de se criar, na Câmara e no Senado, um "gabinete para eleger o que pode ser feito para aliviar o sofrimento da população diante de uma crise de proporções gigantescas".

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 5)(Agência Brasil)

SALÁRIO-MATERNIDADE ABRANGE TODAS AS SEGURADAS DA PREVIDÊNCIA

05/02/2009 – COAD – Previdência Social

No segundo programa da série "Seu Benefício", da Rádio Previdência, o diretor de Benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Benedito Brunca, esclarece qual a carência exigida para obtenção do benefício, como requerer e afirma que, mesmo quando a trabalhadora perde o emprego, ela ainda pode ter direito ao salário-maternidade, a depender do chamado "período de graça".

Segundo o diretor, a carência (tempo mínimo de contribuição para ter direito ao benefício) varia de acordo com a categoria da segurada. Para a trabalhadora empregada e a empregada doméstica não existe carência. Já para as contribuintes individuais e as facultativas, a carência é de 10 meses de contribuição ao INSS. As seguradas especiais – trabalhadoras rurais que produzem em regime de economia familiar – têm que comprovar 10 meses de atividade rural.

Para requerer o benefício, a segurada empregada deve se dirigir ao departamento de Pessoal da sua empresa. As demais seguradas podem requerer o benefício pela Internet ou Central 135. Nesses casos, será indicada uma Agência da Previdência Social para que a segurada possa encaminhar a documentação necessária.

De acordo com Brunca, a mulher que adota uma criança também tem direito ao salário-maternidade. O período de recebimento do benefício depende da idade da criança e varia de 30 a 120 dias.

O diretor disse ainda que a trabalhadora que perde o emprego pode receber o salário-maternidade, desde que o parto tenha ocorrido dentro do período de graça, que é o período em que ela, apesar de não contribuir, mantém o direito ao benefício: para quem tem mais de 10 anos de contribuição ao INSS, o período de graça é de 12 meses. Para quem tem mais de 10 anos de contribuição, o período de graça é de 24 meses. Esses períodos de graça podem ter acréscimos, a depender do caso.

FONTE: Previdência Social

SONDAGEM CONJUNTURAL DO SETOR ELETROELETRÔNICO - JANEIRO/09

06/02/2009 – COAD – Previdência Social

Conforme pesquisa realizada com empresas associadas, com o objetivo de avaliar o impacto da crise econômica mundial sobre as indústrias no mês de janeiro de 2009, foram constatados os seguintes resultados:

A abrangência do impacto da crise aumentou no mês de janeiro atingindo mais de 90% das empresas consultadas.

Quadro 1

Empresas que já sentiram o efeito da crise mundial sobre o setor

Pesquisa	Dez/08	Jan/09
Sim	83%	91%
Não	17%	9%

As vendas/encomendas, no mês de janeiro/09, caíram em relação a janeiro do ano passado e, também, na comparação com dezembro/2008, para 72% dos pesquisados, e ainda continuaram ocorrendo cancelamentos e reprogramações dos pedidos em carteira para parcela significativa dessas empresas (67%).

Quadro 2

Vendas/Encomendas em relação ao mesmo mês do ano passado

Pesquisa	Dez/08	Jan/09
Cresceram	38%	8%
Estáveis	15%	20%
Diminuíram	46%	72%

Quadro 3

Vendas/Encomendas em relação ao mês anterior

Pesquisa	Dez/08	Jan/09
Cresceram	24%	19%
Estáveis	20%	9%
Diminuíram	56%	72%

Quadro 4

Pedidos/Encomendas em carteira

Pesquisa	Dez/08	Jan/09
Cancelamentos	30%	19%
Reprogramações	43%	48%
Conforme	27%	33%

Os setores mais atingidos foram aqueles que comercializam produtos seriados, de curto ciclo de vendas, os chamados produtos de prateleira.

Neste caso estão os telefones celulares, desktops, notebooks, material elétrico de instalação, equipamentos de instrumentação e utilidades domésticas, além de alguns equipamentos industriais como motores elétricos, entre outros.

Quanto aos componentes elétricos e eletrônicos, o agravamento da crise internacional está dificultando ainda mais os negócios desta área por refletir diretamente o que ocorre com os bens finais. Ressalta-se que, antes mesmo da crise, esta área era a que estava demonstrando o desempenho mais modesto do setor, e a que mais encontrava dificuldades em concorrer com os produtos importados.

Por sua vez, os bens vendidos sob encomenda, normalmente destinados a projetos de infraestrutura e investimentos produtivos, ainda mantêm um nível de atividade razoável, devido à carteira de encomendas formada em 2008, e, apesar da ocorrência de cortes e reprogramações, ainda mantêm um nível razoável de atividade de seus fabricantes.

Porém, também nestes casos, novas encomendas estão escassas e, desta forma, se não ocorrer a retomada dos investimentos, poderá haver consequências a partir do 2º semestre deste ano.

Assim, continuaram ativos os segmentos de infraestrutura de telecomunicações, equipamentos industriais vendidos sob encomenda, geração, transmissão e distribuição de energia, material elétrico de instalação (comercializado com construtoras com obras em andamento) e automação industrial.

Destacou-se, por um lado, a importância da continuidade dos investimentos da Petrobrás, que têm gerado negócios importantes para as indústrias do setor, e, por outro lado, a expressiva queda das encomendas dos setores de mineração e siderurgia.

Quanto a GTD - Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica - as empresas fabricantes demonstraram que já estão sentindo os efeitos da crise internacional. Porém, na comparação com as demais áreas do setor eletroeletrônico, é a área que está sendo menos afetada por estes reflexos, principalmente os segmentos de Geração e Transmissão.

No caso de Transmissão, os negócios continuam em andamento em função da carteira de encomendas dos leilões ocorridos nos dois últimos anos. Para 2009, estão previstos novos leilões, o que poderá garantir a permanência dos negócios para os próximos anos.

Para Geração, está em Consulta Pública o Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017, que trata, dentre outras, das fontes de energia elétrica para o período. Destaca-se o acréscimo de 55 mil MW ao parque atualmente instalado, com um terço dessa potência suprida por termelétricas. Por um lado, esta informação demonstra a continuidade dos negócios deste segmento, mas, por outro, é importante lembrar que a indústria local não será muito beneficiada, uma vez que as termelétricas dependem muito de importações, situação diferente das hidrelétricas, onde a participação de produtos de fabricação local é de 100%.

Neste Plano, há também expansão das fontes alternativas (eólica, biomassa e PCHs). Contudo, considerando o relatório da Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica -

sobre o custeio do Proinfa - Programa de Incentivo das Fontes Alternativas de Energia Elétrica -, as empresas mostraram-se inseguras em relação à real consecução de novos projetos, em função dos altos custos de produção de energia. Por exemplo, o custo por MWh, de acordo com o referido relatório sobre o Proinfa, é de R\$ 130,00, na biomassa, de R\$ 160,00, nas PCHs, e de R\$ 260,00, na eólica. Por outro lado, o custo da geração hidrelétrica, tomando como base o resultado do Leilão do Complexo Madeira, é de R\$ 79,00/MWh.

Na Distribuição, os fornecimentos para 2009 deverão ocorrer em função das encomendas e investimentos realizados no ano passado. A preocupação das empresas deste segmento é a paralisação dos novos pedidos, fato que pode prejudicar os fornecimentos para 2010, caso não sejam retomados neste ano. O Programa Luz para Todos, em virtude de ter sido estendido até 2010, deverá estimular os negócios, porém, cabe ressaltar que alguns fabricantes de produtos destinados a distribuição se beneficiam menos deste programa, assim como os de medidores, religadores, chaves seccionadoras, entre outros.

As indústrias do setor eletroeletrônico estão se ajustando à nova realidade racionalizando os processos de gestão e de produção, fato que deverá ser percebido no nível de emprego do setor. Conforme pesquisa, 33% das empresas dispensaram pessoal. Dados apurados pela ABINEE, ainda preliminares, indicam que o total da mão de obra empregada pelo setor foi reduzido em 3 mil trabalhadores nos meses de novembro e dezembro de 2008.

Quadro 5

Nível de Emprego	
Pesquisa	Jan/09
Cresceu	5%
Estável	62%
Diminuiu	33%

As empresas continuam se ressentindo da dificuldade de crédito, porém este ponto não tem sido colocado como o fator principal para a queda dos negócios. Atrélam as dificuldades atuais à crise de expectativa, uma vez que não percebem os reais fatores para o atual estado dos negócios.

Quadro 6

Empresas afetadas pela dificuldade de acesso ao crédito		
Pesquisa	Dez/08	Jan/09
Sim	52%	47%
Não	48%	53%

Destacam que os problemas estão sendo potencializados pelo efeito sazonal do início do ano, que normalmente é de baixo volume de negócios, e que a performance do setor, no momento, não pode ser extrapolada para todo o ano.

Acreditam que, ainda em fevereiro, os negócios estarão em nível baixo, e que a recuperação das atividades deverá ocorrer a partir de março, mês que poderá ser um bom indicador do tamanho da crise.

De qualquer forma, a expectativa para o 1º trimestre, e para o ano de 2009, se deteriorou em relação a dezembro, uma vez que o percentual de empresas que prevê queda de vendas nestes períodos passou de 55% e 38% dos informantes, respectivamente, para 69% e 56%, em janeiro.

Quadro 7

Expectativas de Vendas para 1º trimestre/2009 X 1º trimestre/2008		
Pesquisa	Dez/08	Jan/09
Crescimento	20%	16%
Queda	55%	69%
Estabilidade	25%	16%

Quadro 8

Expectativas de Vendas para Ano 2009 X Ano 2008		
Pesquisa	Dez/08	Jan/09
Crescimento	32%	27%
Queda	38%	56%
Estabilidade	30%	17%

As exportações não têm sido uma boa alternativa para as empresas, uma vez que, em janeiro/09, mais de 60% dos exportadores indicaram que estes negócios apresentaram queda, na comparação com janeiro do ano anterior, e 51%, na comparação com dezembro/08, fato atribuído à retração do mercado mundial.

Quadro 9

Exportações em relação ao mesmo mês do ano passado		
Pesquisa	Dez/08	Jan/09
Cresceram	24%	13%
Estáveis	24%	26%
Diminuíram	51%	62%

Quadro 10

Exportações em relação ao mês anterior		
Pesquisa	Dez/08	Jan/09
Cresceram	18%	8%
Estáveis	26%	41%
Diminuíram	55%	51%